



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E DO ABASTECIMENTO – MAPA

REQUISITOS SANITÁRIOS PARA IMPORTAÇÃO DE MIÚDOS E DEMAIS SUBPRODUTOS DE BOVINOS, OVINOS, CAPRINOS E SUÍNOS PARA ALIMENTAÇÃO ANIMAL (EXCETO CÉREBRO, MEDULA, TONSILAS, GÂNGLIOS, LINFONODOS, TIMO, PÂNCREAS, BAÇO E INTESTINOS).

Os miúdos e demais subprodutos não comestíveis de bovinos, ovinos, caprinos e suínos (*exemplos: orelhas e ouvidos, vergalhos, esôfagos, estômagos, línguas, bexigas, traqueias e pulmões, ossos mastigáveis - ossos ou "ossos" de peles, ligamentos - tendões - e aponeuroses, pericárdios e outras membranas*), para alimentação animal, com destino ao Brasil deverão estar acompanhados por **certificado veterinário internacional (CVI)**, previamente aprovado pelo Mapa, emitido pelo menos **em português**, podendo estar redigido também na língua oficial do país exportador, assinado ou endossado por veterinário do Serviço Veterinário Oficial do país exportador, **atestando as seguintes condições:**

I – Os miúdos e demais subprodutos não comestíveis de bovinos, ovinos, caprinos e suínos exportados para o Brasil são derivados de animais que:

- I.1. Nasceram e foram criados em país livre de **peste bovina** e em país ou zona livre de **febre aftosa** com reconhecimento da OIE¹;
- I.2. Foram submetidos ao controle veterinário *ante-mortem*, encontrando-se clinicamente sem evidências de doenças infectocontagiosas, enquanto suas carcaças e miúdos passaram por exame veterinário-sanitário *post-mortem*, realizado pelo Serviço Veterinário Oficial, com resultado satisfatório;
- I.3. Não deve haver abate de animais ou processamento de produtos que não cumpram as condições exigidas nestes requisitos durante o processo de produção dos miúdos destinados ao Brasil;
- I.4. Foram transportados diretamente do estabelecimento de origem até o abatedouro em um meio de transporte limpo e desinfetado antes do embarque, e sem contato com animais que não cumpram as condições exigidas nestes requisitos;
- I.5. Não foram sacrificados em consequência de programas de erradicação de enfermidades infectocontagiosas.
- I.6. Adicionalmente, a depender da espécie, os seguintes requisitos devem ser cumpridos:

II – Os miúdos e demais subprodutos não comestíveis especificamente de bovinos exportados para o Brasil são derivados de animais que:

- II.1. Nasceram e foram criados em um país livre de **pleuropneumonia contagiosa bovina** (especificamente para traqueias e pulmões) e de **febre do vale do Rift**², de acordo com o Código Sanitário para os Animais Terrestres da OIE³;
- II.2. Nasceram e permaneceram de forma ininterrupta até o abate em país(es) classificado(s) pela OIE como de risco insignificante para a **Encefalopatia Espongiforme Bovina (EEB)**, ou

¹ Os países ou zonas infectados pela febre aftosa ou pela peste bovina poderão exportar esses subprodutos para o Brasil, desde que os mesmos tenham sido submetidos a um processo de cocção à temperatura mínima de 70°C no centro da massa, por um período mínimo de 30 minutos. **Esse tratamento também deve ser realizado em produtos e subprodutos da região da cabeça (incluindo faringe, língua, cartilagens da laringe, glote e linfonodos associados) quando originários de países ou zonas livres de febre aftosa com vacinação e destinados à zona brasileira livre de febre aftosa sem vacinação, de acordo com o Art. 36 da IN Mapa nº 48 de 14/7/2020.**

Outros tratamentos que visem inativar os vírus da febre aftosa ou da peste bovina deverão ser avaliados pelo DSA antes de serem aprovados para a utilização em subprodutos bovinos com destino ao Brasil.

² Excluem-se desta exigência de pleuropneumonia contagiosa bovina e febre do vale do Rift, para efeitos destes requisitos, subprodutos constituídos/produzidos exclusivamente por couros e peles.

³ Os países infectados pela pleuropneumonia contagiosa bovina ou pela febre do vale do Rift poderão exportar esses subprodutos para o Brasil, desde que os mesmos tenham sido submetidos a processamento previamente aprovado pelo DSA para a inativação dos agentes etiológicos das referidas enfermidades.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E DO ABASTECIMENTO – MAPA

II.3. Nasceram e permaneceram até o abate, de forma ininterrupta ou em algum momento de sua vida, em país(es) classificado(s) pela OIE como de risco controlado para EEB, desde que⁴:

II.3.1. Os miúdos tenham sido obtidos de bovinos que não tenham sido insensibilizados, antes da sangria, mediante injeção de ar ou gás comprimido na calota craniana, nem mediante o corte da medula; que tenham sido declarados aptos para o abate e para a transformação de suas carcaças nas inspeções *ante mortem* e *post mortem*, e que os miúdos tenham sido preparadas de maneira a impedir sua contaminação por qualquer dos seguintes tecidos: encéfalo, olhos, medula espinhal, crânio, coluna vertebral, amídalas ou íleo distal; e

II.3.2. As línguas tenham sido submetidas à remoção das tonsilas; e

II.3.3. O país exportador tenha implementado um sistema de remoção de material de risco especificado e de prevenção de contaminação dos miúdos com esse material, aprovado previamente pelo DSA.

III – Os miúdos e demais subprodutos não comestíveis especificamente de Suínos exportados para o Brasil são derivados de animais que:

III.1. Nasceram e foram criados em um país ou em uma zona livre de peste suína clássica, com reconhecimento da Organização Mundial de Saúde Animal – OIE;⁵

III.2. Nasceram e foram criados em um país livre de peste suína africana, de acordo com o Código Sanitário para os Animais Terrestres da Organização Mundial de Saúde Animal – OIE;⁶

IV – Os miúdos e demais subprodutos não comestíveis especificamente de Caprinos e Ovinos exportados para o Brasil são derivados de animais que:

IV.1. Nasceram e foram criados em país livre de peste dos pequenos ruminantes, com reconhecimento da OIE;⁷

IV.2. Nasceram e foram criados em país livre de febre do vale do Rift, brucelose por *Brucella melitensis* e pleuropneumonia contagiosa caprina (no caso de produtos derivados de caprinos), de acordo com o Código Sanitário para os Animais Terrestres da OIE;⁸

IV.3. Nasceram e foram criados em país ou zona livre de Scrapie, de acordo com o Código Sanitário para os Animais Terrestres da OIE; ou

IV.3.1. No país ou zona:

IV.3.1.1. A doença é de declaração obrigatória; e

IV.3.1.2. Existe um sistema de vigilância contínuo, em conformidade com o Capítulo correspondente do Código Terrestre da OIE, dirigido a Scrapie; e

IV.3.1.3. Os ovinos e caprinos afetados pela doença são eliminados e destruídos; e

IV.3.1.4. Os produtos provêm de ovinos ou caprinos que não manifestaram nenhum sinal clínico da doença no dia do abate.

⁴Excluem-se desta exigência, para efeitos destes requisitos, subprodutos constituídos/produzidos exclusivamente por couros e peles.

⁵Os países infectados pela peste suína clássica poderão exportar miúdos para o Brasil, desde que os mesmos tenham sido submetidos a processamento recomendado no capítulo corresponde do Código Terrestre da OIE para inativação do vírus da PSC e aprovado previamente pelo DSA.

⁶Os países infectados pela peste suína africana poderão exportar miúdos para o Brasil, desde que os mesmos tenham sido submetidos a um processo de cocção à temperatura mínima de 70°C no centro da massa por um período mínimo de 30 minutos. Outros tratamentos propostos que visem a inativar o vírus da peste suína africana deverão ser aprovados previamente pelo DSA.

⁷Países infectados pela peste dos pequenos ruminantes (PPR) poderão exportar produtos de caprinos ou ovinos para o Brasil, desde que os mesmos tenham sido submetidos a processamento aprovado pelo DSA para a inativação do vírus da PPR.

⁸Países infectados pela febre do vale do Rift, brucelose por *Brucella melitensis* e pleuropneumonia contagiosa caprina poderão exportar produtos de caprinos ou ovinos para o Brasil, desde que os mesmos tenham sido submetidos a processamento aprovado pelo DSA para a inativação dos agentes etiológicos das referidas enfermidades.